

RELATÓRIO

Audiência Pública: “Piso Salarial da Enfermagem e Plano de Cargos dos Profissionais da Enfermagem da Prefeitura de Salvador”

Local: Auditório do Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador

Data: 23/05/2023

Horário: 9h30 às 12h30

Componentes da Mesa

Augusto Vasconcelos – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Lília Cordeiro - Diretora do Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Salvador-SINDSEPS.

Everaldo Braga - Diretor do Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Salvador-SINDSEPS.

Climene Camargo - Professora Titular da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Pós-Doutorado em Sociologia da Saúde na Universidade René Descartes/Sorbonne – França.

Mariane Farias - Enfermeira do SAMU. Docente do curso de Enfermagem da UFBA.

Débora Santana - Vereadora

Sarita Oliveira Lacerda - Membro do Corpo Jurídico do Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Salvador - SINDSEPS.

Abertura

Augusto Vasconcelos

Relembrou que em 2021, após a luta incessante travada pela categoria para garantia do piso salarial da Enfermagem, com muitos percursos e percalços enfrentados ao longo de cerca de uma década de jornada, houve um processo mais acelerado de mobilização nas ruas, nas redes e no parlamento para assimilar a aprovação no Congresso Nacional e depois a efetivação na Constituição Federal. Recordou uma série de entraves por decisões do Supremo Tribunal Federal e ataques de organizações da saúde privada de municípios e estados para impedir a efetivação do piso salarial da enfermagem. Continuou relatando que, finalmente, no dia 12 de maio de 2023, Dia da Enfermagem, ocorreu a publicação de uma Portaria do Ministério da Saúde fazendo o reconhecimento da categoria. Pontou que a Enfermagem é a categoria mais abrangente da saúde brasileira, defendendo que não tem como promover saúde sem ter a enfermagem brasileira respeitada com dignidade, salário decente e condições de trabalho dignas. Afirmou que o principal argumento da Confederação Nacional dos Municípios era de que não havia orçamento, mas que a portaria publicada previu, inclusive, uma complementação orçamentária para garantir o cumprimento do que é constitucional, que é o piso salarial da Enfermagem. Afirmou haver a notícia de que na Prefeitura de Salvador estão sendo encontrados entraves para o cumprimento do piso.

Considerações da Mesa

Climene Camargo

Apresentou-se como enfermeira formada em 1975. Afirmou que a enfermagem naquela época era menos política, menos ativa e menos consciente de seus direitos. Continuou contando a trajetória da Enfermagem no Brasil, que começou em 1923 e era muito elitista, não considerando as personagens negras que seguraram a luta da categoria. Afirmou que desde 1923 foram alijados os homens, os gays e os negros dentro da enfermagem, sendo toda a história da profissão pautada sob a égide do racismo estrutural. Pontuou que a

Enfermagem é composta por 85,1% de mulheres e que desse contingente, 23% são enfermeiras e 77% são técnicos e auxiliares de enfermagem. Afirmou que as enfermeiras, em sua maioria, estudaram em escolas públicas e que as mais pobres, negras, estudaram em escolas privadas. Continuou afirmando que 57,9% das enfermeiras são brancas e que quem ensina enfermagem são pessoas também brancas. Ponderou que são brancos ensinando e planejando a enfermagem para que negros, que representam 77% de técnicos e auxiliares, carreguem a enfermagem nas costas, liderados por enfermeiras brancas. Afirmou que na chefia dos hospitais privados sempre haverá enfermeiras brancas; já nos hospitais públicos, encontra-se um número maior de enfermeiras negras. Ressaltou que, em hospitais públicos e privados, sempre haverá técnicos e auxiliares geralmente negros. Afirmou que quem mais morreu na pandemia foram técnicos e auxiliares negros e que os menos afetados foram os médicos, homens, brancos e muito bem remunerados. Afirmou que quando se faz um plano de carreira, não se pode deixar de pensar no racismo estrutural que impede e adocece parte da enfermagem brasileira. Afirmou que o piso é importante, mas não é suficiente para cobrir a relevância da profissão.

Mariane Farias

Abordou o SAMU, afirmando fazer parte da Comissão de Enfermagem do Serviço, constituída antes da pandemia para angariar conquistas trabalhistas para o mesmo. Explicou que com a pandemia, houve um engajamento maior para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) adequados e mais qualidade de trabalho. Afirmou que, ainda durante a pandemia, a jornada de trabalho foi triplicada sem aumento salarial para a categoria e com a suspensão de férias e licenças dos trabalhadores. Afirmou que o SAMU possui um contexto mais adverso e arriscado, por se tratar de um cenário não controlado. Pontuou que os trabalhadores do SAMU saem para trabalhar sem saber se vão retornar, uma vez que estão expostos a um contexto de violência, realizando atendimentos em locais de alta periculosidade onde a polícia não entra, mas o Samu entra e sendo os profissionais abordados com armas na cabeça e em punho, e sob ameaças. Relatou que os trabalhadores do SAMU já foram vítimas de cárcere privado e tentativas de assalto, realizando atendimentos em pleno tiroteio. Abordou os três projetos de lei/indicação já aprovados que visam atenuar as condições de trabalho da categoria: o projeto que visa ao adicional de risco de vida, pontuando que atualmente a categoria não

recebe nem o auxílio periferia; o adicional de insalubridade de 40%, devido ao contexto não controlado com risco biológico e químico aumentados quando comparados aos colegas das unidades fixas; e a isonomia de gratificação de funções especiais. Ressaltou que a enfermagem também é discriminada na Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que os trabalhadores do SAMU, pelo edital do concurso, devem receber o adicional de 40% de gratificação de funções especiais, porém os médicos recebem 160% a mais desempenhando as mesmas funções e com natureza, risco e exposição do trabalho sendo os mesmos. Abordou a total falta de escuta da SMS tanto por parte do antigo secretário quanto do atual. Concluiu dizendo que, no entanto, os médicos já conseguiram o diálogo com a pasta e já estão com um projeto de plano de cargos separado do da enfermagem. Afirmou que a categoria da Enfermagem é muito assediada, relatando que, durante a pandemia, várias técnicas de enfermagem do SAMU receberam ligações da gestão obrigando-as a ir para a vacinação indevidamente.

Lília Cordeiro

Afirmou que Salvador vai receber 94 milhões de reais em 2023. Abordou as Leis 14434/2022 e 7867/2010 que regem os servidores da Enfermagem. Afirmou que no contracheque dos profissionais há vantagens permanentes (vencimento e gratificação de competência) e transitórias (todo o restante – gratificação SMS, gratificação de funções especiais, periferia, insalubridade, etc). Lembrou que se o servidor ficar de atestado médico por 31 dias por quebrar a perna, por exemplo, ou tirar dois meses de licença prêmio, perderá todas essas gratificações transitórias. Afirmou que a Prefeitura Municipal de Salvador traz uma vertente mentirosa quando diz que já paga o piso salarial da enfermagem. Relatou que o Secretário de Saúde disse que levaria ao Prefeito a proposta de que o piso salarial da enfermagem seria composto por vencimento + gratificação de competência + gratificação SMS. Evidenciou a inconsistência de considerar o piso salarial como uma gratificação transitória que não é tributada (não é levada para a aposentadoria) e que é perdida no afastamento. Afirmou que o contracheque da saúde municipal é maquiado de gratificações justamente para que quando o servidor se afaste ou se aposente, não leve nem a metade do valor percebido. Pontuou que as gratificações e horas extras são calculadas sobre o vencimento e não sobre o conjunto remuneratório mas que, no entanto, o cálculo de falta no serviço é feito levando-se em consideração o montante remuneratório. Afirmou que o piso salarial deve ser o valor mínimo, o

vencimento, para que a partir dele as gratificações sejam contabilizadas. Pontuou que o técnico de enfermagem de 30h recebe um vencimento de R\$1.155,71, valor menor do que o salário mínimo. Afirmou que o diálogo com a gestão é o caminho mais adequado na luta pelos direitos da enfermagem, mas que se for preciso a categoria irá enfrentar a gestão. Abordou as colegas do REDA, que são em sua maioria negras e recebem metade do salário do servidor efetivo.

Everaldo Braga

Evidenciou a necessidade urgente da realização de novo concurso público para enfermeiros e técnicos de enfermagem em Salvador. Afirmou que o piso salarial veio para garantir a igualdade para todos (enfermeiros e técnicos). Afirmou que a categoria precisa ter sabedoria e paciência para não aceitar propostas ruins da gestão, uma vez que o piso é uma garantia para que o trabalhador possa ter um único local de trabalho com uma remuneração adequada. Afirmou que a categoria somente vai aceitar o piso salarial de acordo com o plano de carreira, sem abrir mão de nenhum direito. Lembrou que sem enfermagem não há saúde pública.

Sarita Oliveira Lacerda

Afirmou que o piso salarial tem correlação e equivalência com o vencimento base ou inaugural. Explicou que a gratificação é uma verba que tem como base de cálculo o vencimento base (piso salarial), não sendo possível a implementação do piso suprimir gratificações, uma vez que estas últimas não fazem parte do vencimento base. Afirmou que o município tem que cumprir a lei.

Débora Santana

Afirmou que durante a pandemia os profissionais da enfermagem foram vistos como heróis, mas que a categoria agora quer esses aplausos no contracheque.

Comentários da Plenária

Tarcísio Santos

Apresentou-se como Técnico de Enfermagem de 40h e afirmou que em sua carteira digital de saúde o descritivo do cargo consta como Agente de Saúde Pública. Explicou que no contracheque consta o termo “Técnico em Saúde de 40h”, com valor diferenciado daquele presente na carteira digital de trabalho. Afirmou ainda que a última atualização está datada do ano de 2018. Relatou que muitos profissionais tiram dinheiro do próprio bolso para comprar material de higiene quando falta nas unidades.

Sheila Trabuco - Enfermeira

Pautou a causa dos enfermeiros de 20h, minoria da categoria que sofre com a menor remuneração da classe, um grupo invisível que atua na gestão, profissionais de atendimento integrado, a maioria estando no nível central ou distritos sanitários. Pontuou que quando se fala em processo de trabalho, não se trata somente da execução, mas também do planejamento, monitoramento e avaliação. Afirmou que sofrem preconceito dos colegas que atuam na ponta, que pensam que os enfermeiros de 20h representam os desmandos da gestão, quando na verdade estão ali representando os programas de saúde aos quais foram designados para trabalhar. Defendeu a isonomia salarial.

Jackson Bartolomeu – Técnico de Enfermagem

Abordou as questões históricas que permeiam a enfermagem, afirmando que a gestão pública, comandada por pessoas brancas, vem açoitando a massa de trabalhadores (composta em sua maioria por pessoas negras) por meio da exploração da mão-de-obra e da preferência por uma classe de trabalhadores da saúde majoritariamente branca. Falou do assédio moral nos ambientes de trabalho.

Jussara

Afirmou que entrou na universidade em 1979 e que naquela época a enfermagem já lutava pelas 30h e pelo piso salarial da enfermagem. Afirmou que a gratificação por insalubridade se leva na aposentadoria e que piso salarial é o mesmo que salário base. Sugeriu a realização de uma audiência pública com a presença de todos os vereadores.

Lílian Sales – Enfermeira do Programa Saúde da Família

Lembrou que enfermagem se faz com amor mas também com ciência, muito estudo e atualizações. Afirmou que os salários da enfermagem estão congelados e que a profissão está desvalorizada. Ressaltou que os servidores compram com seu próprio dinheiro muitos itens necessários ao desempenho das atividades nas unidades de saúde. Afirmou que a categoria é desunida.

Regina – SAMU

Ressaltou que somente através do estudo e do conhecimento a população negra poderá se libertar e ascender na vida. Afirmou que poucos dias atrás recebeu um aviso informando de que deveria ter se inscrito em um curso para realizar um concurso dentro do SAMU a fim de obter a progressão de nível. Afirmou que os profissionais são avaliados constantemente pelos superiores hierárquicos e pela população e que já realizou o concurso em 2011. Disse que prestou concurso para 40h, mas que foi firmado um TAC, à época, determinando uma carga horária de 30h. Na prática, afirmou que são obrigatórias 36h de trabalho. Falou da diferença na nomenclatura entre o cargo que ocupa e aquele que consta em sua carteira digital de trabalho.

Gerusa

Denunciou o assédio moral promovido pela gestão ao submeter e exigir dos servidores a assinatura da lista de presença para poderem participar das assembleias. Afirmou que a enfermagem não é despolitizada.

Ana Paula – Enfermeira PSF

Lamentou a falta de representantes da gestão na audiência, afirmando que isso deixa claro o descaso da mesma pelos profissionais da enfermagem e a falta de vontade de apresentar soluções para a implantação do piso.

Éverton Souza – Técnico de Enfermagem PSF

Perguntou como está sendo a tramitação/implementação do piso salarial da Enfermagem dentro da Câmara. Questionou como será feita a base de cálculo do piso salarial uma vez que há inconsistências na nomenclatura e valores apresentados no sistema.

Augusto Vasconcelos

Explicou que o projeto de lei do piso salarial da enfermagem no serviço público municipal tem que ser encaminhado pelo Executivo Municipal, o que ainda não ocorreu.

Considerações Finais

Débora Santana

Contou um pouco de sua trajetória em busca da aprovação do projeto de lei do piso salarial da Enfermagem em Brasília, entre outros. Afirmou sentir falta do Coren na audiência.

Lília Cordeiro

Afirmou que se a gestão não fez corretamente o seu papel de alimentar o sistema com os dados corretos dos profissionais, que esta se vire para pagar o piso dos profissionais, nem que seja tirando o dinheiro dos 45 dias de festas juninas previstos este ano. Finalizou

dizendo que esse não é um problema dos servidores e que os mesmos não têm responsabilidade sobre isso.

Everaldo Braga

Afirmou que na última assembleia foi decidido que os servidores não farão a avaliação com o chefe. Pontuou que aqueles que decidirem fazer a avaliação, poderão ter perdas financeiras e de outros avanços.

Augusto Vasconcelos

Agradeceu a todos os técnicos pela realização da audiência e lamentou a ausência de representantes da gestão municipal.

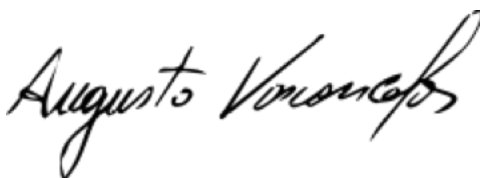
Encaminhamentos:

1. Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência;

2. Envio do relatório para:

- Todas as entidades da Mesa
- Gabinete do Prefeito
- Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
- Secretaria Municipal da Saúde - SMS
- Gabinete de todos os vereadores da Câmara Municipal de Salvador
- Ministério Público do Estado da Bahia

Salvador, 05 de junho de 2023.



Augusto Vasconcelos

Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida

Coordenadora Técnica da Ouvidoria

Matrícula 6065